

PPG7  
PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO  
BRASIL

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod. M4D00027

**RELATÓRIO DO  
GRUPO CONSULTIVO INTERNACIONAL  
(IAG)**

*DÉCIMO ENCONTRO*

Brasil, 13 a 24 de julho de 1998



nos projetos demonstrativos (PD/A), no projeto de terras indígenas (PPTAL) e de prevenção de queimadas (PROARCO). Novos - e produtivos - vínculos de colaboração entre o governo e a sociedade civil foram, assim, forjados. Além disso, iniciativas novas como o Manejo Florestal (PROMANEJO) e de Várzea (PROVARZEA), como resultado das suas origens no PPG7, esforçaram-se para travar maiores debates políticos nas suas respectivas áreas e não limitar suas atividades aos projetos. A avaliação de desempenho do Programa Piloto, assim como as decisões tomadas pelos doadores, devem levar em consideração tais impactos que, além de maiores, são mais dificilmente mensuráveis.

## **2. Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN)**

Em março de 1998, o IAG recomendou que as dificuldades relativas aos procedimentos para levar adiante o Subprograma de Política de Recursos Naturais encontradas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelos doadores e pelo Banco Mundial fossem abordadas com urgência para minimizar os atrasos na sua implementação. O IAG observa com grande satisfação a resposta rápida das partes envolvidas à recomendação feita. Dois consultores independentes foram contratados para fazer uma avaliação, o que levou a uma reunião entre representantes institucionais em maio e à produção de um plano de ação conjunta para abordar os problemas em questão (veja texto abaixo para maiores informações).

## **3. Papéis e Responsabilidades**

No seu último relatório (março de 1998) e na continuação do documento produzido pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DfID), o IAG recomendou que fosse feita uma avaliação independente da distribuição dos papéis e responsabilidades no Programa Piloto entre os doadores, o governo brasileiro e o Banco Mundial visando dinamizar os procedimentos e acelerar a implementação (dos projetos). Termos de Referência foram redigidos e nomes de consultores em potencial estão sendo considerados para uma 'Avaliação de Meio-Termo dos Arranjos Institucionais do PPG7'. Espera-se que conclusões preliminares sejam apresentadas na reunião entre os doadores a ser realizada em Paris, em novembro deste ano. O IAG considera que a avaliação deve incluir uma discussão sobre arranjos institucionais alternativos além da simples melhoria da estrutura atual.

## **4. Incêndios**

Os incêndios em Roraima no início deste ano, já com resultados críticos, armaram o palco para o que pode vir a ser um problema ainda mais sério. O grupo do IAG que visitou Roraima observou uma maior acumulação de matéria orgânica nas áreas abaixo das copas das árvores onde ocorreram incêndios (equivalente a 50% por área dos danos totais dos incêndios, segundo estimativas do IBAMA). Em consequência disso, existe um grande potencial para de incêndios devastadores na próxima estação seca.

Além disso, o grupo do IAG recebeu relatórios de populações enfrentando problemas de fome devido ao fracasso da colheita causado pelos incêndios e por pragas de insetos. O Ministro do Meio Ambiente Gustavo Krause foi diretamente

informado da situação pelo IAG e requisitou pessoalmente ajuda imediata às autoridades competentes para esses grupos.

## 5. O contexto das políticas de desenvolvimento na Amazônia

Apesar desta questão ter sido levantada em relatórios anteriores, o IAG deseja chamar a atenção para as contínuas contradições entre os objetivos do Programa Piloto e várias estratégias principais de desenvolvimento para a Amazônia. Por exemplo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) continua a instalar pequenos agricultores em áreas de floresta tropical primária (como o projeto Acari, no Amazonas, iniciado em 1997) e a adotar a formação de pasto como prova do uso produtivo de terras com o propósito de legitimação destas, incentivando, assim, o desmatamento. Certas mudanças introduzidas recentemente nos procedimentos de locação de projetos do INCRA e no sistema de impostos sobre terras aproximam-se de uma abordagem a esse problema, mas essa deve continuar a ser uma questão significativa para um futuro próximo. *Na sua próxima reunião, em dezembro de 1998, o IAG gostaria de aproveitar a oportunidade para ouvir diretamente do INCRA que iniciativas estão sendo tomadas em relação a essas questões.*

Algumas estradas ainda estão sendo construídas na região sem as devidas avaliações de impacto ambiental (por exemplo, nenhuma avaliação desse tipo foi feita para a estrada de Novo Aripuana-Apuí no Amazonas). O IBAMA carece de postos em certas áreas críticas de desmatamento, como em Apuí, no Amazonas, ou em Machadinho D'Oeste e Buritis, no Estado de Rondônia. A eficácia do controle ambiental continua a ser prejudicada por restrições políticas em todos os níveis. No Acre, por exemplo, o representante do IBAMA foi inexplicavelmente removido do seu posto no momento em que houve uma sanção severa contra madeiras no parque da Serra do Divisor. A impunidade prevalece em casos de abuso ambiental amplamente documentados. Um caso em questão é a área de Corumbiara, em Rondônia, onde imagens de satélite detectaram o desmatamento ilegal em fazendas individuais. Outro exemplo documentado refere-se à extração ilegal de madeira na reserva indígena de Uru-Eu-Wau-Wau, também em Rondônia.

Em relação aos planos de investimento infra-estrutural para a Amazônia ('Brasil em Ação'), parece haver um reconhecimento crescente, pelo menos a princípio, da necessidade de considerar-se os impactos ambientais no Ministério do Planejamento e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entretanto, o processo de planejamento não é completamente transparente e não está claro se tais princípios estarão refletidos no emprego sistemático de avaliações de impacto ambiental e outros procedimentos adequados. Investimentos ecologicamente prejudiciais estão sendo planejados sem a consulta às populações afetadas ou a consideração adequada dos impactos ambientais. Exemplos incluem o gasoduto de Urucu a Manaus e a Porto Velho, assim como o plano para reduzir as curvas do Rio Madeira, afetando a Reserva Ecológica de Cunia. As considerações ambientais devem incluir informações sobre os procedimentos de seleção de projeto, incluindo o estudo - ainda incompleto - das novas prioridades de investimento. a ser concluído em março de 1999.

## 6. Projetos Associados

O IAG solicitou a associação de outros projetos (bilaterais ou outros) ao Programa Piloto em várias ocasiões mas nenhum progresso foi obtido. Devemos insistir nessa associação com a finalidade de promover maior cooperação e reconhecimento dos esforços públicos, privados e inter-governamentais na obtenção de objetivos comuns.

## **7. Financiamento futuro do Programa Piloto**

Já está previsto que a verba para a fase atual (e de transição) estará esgotada em 2003, enquanto os investimentos em larga escala na Amazônia - tais como os para a iniciativa 'Brasil em Ação' (muito maiores do que os gastos do Programa Piloto) - continuarão a ser feitos. Assim, novas fontes de financiamento serão necessárias para que o processo iniciado na primeira fase do PPG7 tenha continuidade. O IAG vê com apreço a iniciativa do Banco Mundial de examinar a possibilidade de atrair capital privado e financiamento na forma de empréstimos multilaterais. Empresas privadas poderiam ajudar *inter alia* na comercialização dos produtos da floresta tropical e investir no reflorestamento. A participação em feiras comerciais poder ser organizada, contanto que haja o cuidado para que isso seja feito de maneira profissional para evitar fracassos como o ocorrido em Munique. No futuro, em consequência do Protocolo de Kyoto e dependendo da continuidade das negociações internacionais sob a Convenção sobre a Estrutura das Mudanças Climáticas em relação à possível emergência de mercados de carbono, a questão dessas fontes novas de financiamento para apoiar o desenvolvimento sustentável pode precisar ser considerada.

## PARTE II

### O PROGRESSO DOS SUBCOMPONENTES DO PROGRAMA PILOTO

#### *A. PROJETOS EM IMPLEMENTAÇÃO*

#### **1. Centros de Ciências e Pesquisas Dirigidas (C & T)**

##### **Centros de Ciências**

Os esforços feitos para lidar com a grave degradação da infra-estrutura física do Museu Goeldi e do INPA, entre as primeiras atividades realizadas pelo Programa Piloto, estão quase terminados. O IAG recebeu a excelente informação de que a capacidade - antes enfraquecida - dessas instituições em apoiar à excelência na pesquisa e preservar os resultados de descobertas passadas, na forma das suas inestimáveis coleções, foi restaurada e amplamente melhorada, como pôde ser claramente comprovado pelas nossas visitas ao projeto. As equipes das instituições responsáveis por essa recuperação (o Ministério de Ciências e Tecnologia, a Secretaria da Amazônia Legal e o Banco Mundial) devem ser parabenizadas pela melhoria dos recursos físicos e humanos, e pela capacidade de apoiar a pesquisa científica. Apesar do grande progresso alcançado em relação às questões institucionais e organizacionais mais 'leves', necessárias para o aumento substancial da sua habilidade de competir de forma bem-sucedida por recursos humanos e financeiros tanto na esfera nacional

quanto internacional, ainda existem muitos desafios a serem vencidos. O progresso nessa área vai exigir grande dedicação no nível institucional e nacional.

### **Pesquisas Dirigidas**

O andamento do trabalho sob a égide do primeiro Edital de Propostas está bem avançado e várias das dificuldades encontradas e identificadas pela avaliação foram ou estão sendo resolvidas. O segundo Edital foi, lamentavelmente, atrasado. Entretanto, isso cria uma grande oportunidade, dadas as mudanças no contexto das Pesquisas Dirigidas. No momento, muitos dos outros projetos do PPG7 estão bem avançados e está começando a haver a necessidade de pesquisas. Pela primeira vez é possível direcionar as pesquisas para questões de relevância direta aos objetivos e à implementação do Programa Piloto.

Vários desses tópicos de pesquisa também apresentam questões relevantes para outros programas, podem afetar o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Por exemplo, o suporte agro-ecológico e econômico para o uso alternativo de recursos em áreas prioritárias está sendo pouco compreendido. Isso varia das questões de pesquisa essenciais aos esforços em pequena escala do tipo apoiado pelos PD/A (frutas, mel, ecoturismo relacionado à aqüicultura, pescaria comercial e esportiva etc.) à produção mecanizada de soja sendo introduzida em locais como Humaitá. Uma vez que os esforços de zoneamento em áreas como Apuí produzem um melhor nível de informação sobre os solos e as experiências de produção, será possível definir as necessidades relacionadas às pesquisas com maior especificidade, em relação aos esforços prioritários para melhorar vidas em um prazo relativamente curto, talvez através de novas parcerias com a EMBRAPA e dos esforços de pesquisa aplicada realizados pelos estados e pelas ONGs, para disponibilizar produtos e serviços tecnológicos (TSP) produzindo tecnologias direcionadas a partir de pesquisas já realizadas.

Existem outras questões, também ligadas ao programa, mas com menos urgência. Por exemplo, especialistas do CPRM iniciando o zoneamento nos PGAI no Estado do Amazonas (com fundos estaduais anteriores à disponibilidade dos recursos do PPG7) têm encontrado um número surpreendentemente grande de mosaicos - pequenos, porém muito ricos - de terras pretas e artefatos associados, produzidos há muito tempo atrás por povoados indígenas. Pesquisas de 'arqueologia de recuperação' podem fornecer informações valiosas sobre a história pré-colonial da Amazônia e, talvez, lições instrutivas sobre o uso de recursos. Outros tipos de pesquisa estratégica a longo prazo estão relacionados à ecologia e à economia política de um mercado global emergente de carbono, no qual as áreas amazônicas poderia competir com os investimentos de plantação/ reflorestamento.

O financiamento das pesquisas dirigidas através do PPG7 também oferece um caminho pelo qual os doadores podem contrabalancear os efeitos das restrições nacionais ao financiamento científico. Por exemplo, o financiamento do governo americano através da NASA e da NSF só pode ser concedido para instituições americanas, excluindo, assim, projetos liderados pelo Brasil do financiamento para o Experimento em grande escala Biosfera-Atmosfera (LBA).

Finalmente, outro tipo de desafio em relação às pesquisas foi apresentado em praticamente todas as discussões do projeto, visitas a campo e iniciativas prioritárias relacionadas ao projeto como *Brasil em Ação*, SIPAM/ SIVAM, LBA, PROARCO

etc. Esse desafio diz respeito às reformas necessárias para na abordagem da atual crise da capacidade institucional e seus suportes financeiros criticamente fracos. Mesmo onde a capacidade técnica é mais forte, como em Brasília e nas capitais dos estados, ainda há muitas falhas em termos de articulação, cooperação e troca de informações entre e dentro de/ das instituições.

### ***Recomendação***

Pedimos ao Ministério da Ciência e Tecnologia, à Secretaria da Amazônia Legal, ao Banco Mundial e aos doadores que expressaram um interesse específico nesse tipo de pesquisa mais direcionada (Os Estados Unidos e a Comunidade Européia, até agora) que desenvolvam uma abordagem consistente para a avaliação, o planejamento, a implementação e o seguimento das necessidades relacionadas às pesquisas. Isso vai exigir métodos e parcerias inovadores entre os grupos aplicados e os de pesquisa assim como contribuições das ciências econômica, social, institucional, organizacional e gerencial.

### **Projetos Demonstrativos (PD/A)**

Como mencionado em nosso último relatório, o PD/A continua a ter grande êxito em relação aos gastos e à implementação. Os fundos existentes já foram totalmente alocados para projetos aprovados em 98 (de 614 propostas), dos quais 57 estão atualmente em andamento e 14 foram concluídos. A França e a Alemanha prometeram contribuir com fundos adicionais. Outros sinais promissores incluem um envolvimento crescente por parte das autoridades do governo e a adoção do modelo dos PD/A para três iniciativas posteriores, o PD/B, o PD/I e o componente educação ambiental (veja abaixo).

Apesar do progresso alcançado, ainda existe uma preocupação relativa ao futuro de projetos financiados pelo PD/A, preocupação essa revelada pela Revisão de Meio-Termo realizada no ano passado. Ainda que a Secretaria Técnica dentro do MMA tenha sido fortalecida, a capacidade das três equipes responsáveis pelo monitoramento e análise dos resultados dos projetos aprovados é muito limitada, retardando a análise e a aprovação de novos projetos. Outro problema diz respeito ao provimento de assistência técnica adequada e de crédito rural para os projetos, especialmente nos estágios de processamento e comercialização e onde não há mais financiamento do PD/A. Uma questão crucial a ser considerada refere-se à distribuição de fundos - se o melhor é concentrar o apoio nos projetos de qualidade e sustentabilidade comprovada ou conceder um financiamento mais limitado a um maior número de projetos. Até o momento, nenhum procedimento sistemático foi desenvolvido para a avaliação das tecnologias adotadas por projetos do PD/A.

### ***Recomendações***

1. Vínculos entre os projetos devem ser incentivados para disseminar conhecimentos e experiências, para aumentar a produção e aperfeiçoar técnicas de processamento e comercialização, em conjunto com o GTA e suas respectivas cooperativas/ associações.

2. A assistência técnica e o acesso à informação por projetos financiados necessitam melhorias.
3. O treinamento de equipes locais do Banco do Brasil precisa ser fortalecido para lidar de forma eficaz com os projetos do PD/A.

### **3. Reservas Extrativistas (Resex)**

A Fase I está chegando ao final e a Fase II será financiada pela Comunidade Européia com uma doação de sete milhões de ECU. A ênfase será colocada na diversificação econômica, a partir de projetos de geração de renda específicos de uma área, enquanto os núcleos de base serão fortalecidos através de iniciativas de saúde e educação, tanto formais quanto informais. O CNPT/ IBAMA realizou um estudo e deu início a uma importante iniciativa para fortalecer os vínculos com o setor privado, visando desenvolver mercados para o consumo de produtos comerciais como cosméticos da floresta tropical.

A necessidade de fortalecer a capacidade administrativa e gerencial do projeto está sendo ressaltada por problemas recorrentes na Resex do Rio Ouro Preto, em Rondônia. A tão aguardada demarcação e legalização das quatro reservas federais deste componente ainda não foi completada, embora ainda se espere um grande progresso até o final deste ano. O IAG saúda a extensão da reserva Chico Mendes com a finalidade de incluir os residentes da floresta adjacente Nova Esperança.

#### ***Recomendações***

1. O IAG apoia as iniciativas do CNPT de procurar ação presidencial direta para apressar a demarcação de reservas extrativistas.
2. Estudos sobre a sustentabilidade ambiental e sócio-econômica da extração de madeira como meio de sobrevivência em reservas extrativistas devem ser realizados. Nenhum tipo de extração de madeira deve receber apoio oficial a menos que tenhamos uma compreensão adequada das suas implicações para as Resex.
3. Os esforços para ampliar a capacidade gerencial de comunidades devem ser aumentados para apoiar o planejamento participativo de iniciativas de desenvolvimento, processamento e comercialização de produtos florestais.

### **4. Terras Indígenas (PPTAL)**

O IAG observa com satisfação o progresso alcançado no projeto de terras indígenas. No seu último relatório, o IAG expressou sua preocupação com o fato de que 'várias das maiores reservas ainda estão à espera do estágio inicial de "identificação", enquanto a maior parte do progresso alcançado em estágios posteriores, como a demarcação e a homologação, refere-se a reservas pequenas'. O IAG nota que a situação mudou e que 15 das 22 maiores reservas com mais de 200.000 hectares foram demarcadas, cobrindo mais de 20 milhões de hectares.

A publicação, em maio de 1998, da identificação e delimitação da reserva de Javari, com 8,3 milhões de hectares, é um passo decisivo para a proteção desta que é a maior área indígena da região amazônica. A demarcação da reserva, com a expectativa de ser realizada durante a primeira metade de 1999, só pode acontecer quando o período permitido por lei para contestação expirar e a autorização for emitida.

Adicionalmente, o acordo entre o KfW, o UNDP e a FUNAI foi firmado, permitindo o início das atividades de vigilância.

Fomos encorajados por uma declaração da secretaria técnica do PPTAL, afirmando que o projeto pode ser expandido com o propósito de cobrir todas as áreas indígenas da região amazônica. Isso incluiria a área de Raposa/ Serra do Sol, a maior área atualmente não incluída no PPTAL.

A situação da área de Raposa/ Serra do Sol mudou significativamente desde 1994, quando foi retirada da lista de reservas do PPTAL. Naquele momento, a reserva possuía cerca de 200 intrusos não-indígenas e a FUNAI carecia da verba necessária para relocar e compensá-los de acordo com as diretrizes de reassentamento do Banco Mundial. Para não colocar em jogo o programa inteiro do PPTAL, a área de Raposa/ Serra do Sol foi retirada da lista, com o apoio do IAG. No momento, segundo a Comissão Indígena de Roraima (CIR), a população de intrusos foi reduzida a cerca de 50 pessoas. Isso se deve ao êxodo de mineiradores após a queda do preço do ouro e à compra de direitos sobre terra e de rebanhos de gado dos fazendeiros em benefício das tribos.

### **Recomendações**

1. O desenvolvimento das atividades de vigilância em áreas já demarcadas, assim como a extensão dos procedimentos de demarcação participativa, devem ser considerados prioridades de ação pela FUNAI.
2. A FUNAI deve realizar um levantamento da população de intrusos restante e levar adiante um plano de inclusão da área de Raposa/ Serra do Sol ao PPTAL novamente. Entretanto, sem dúvida isso também exigirá uma solução para os problemas criados pela redução da reserva proposta em dezembro de 1996 pelo Ministro da Justiça, sendo que a legitimidade constitucional disso está atualmente em discussão.

### **5. Política de Recursos Naturais (SPRN)**

No seu relatório para a última reunião do IAG, em março, o Banco Mundial expressou dúvidas em relação à qualidade dos Projetos de Gestão Ambiental Integrada - PGAIs, no nível estadual, aos procedimentos e ao fluxo de informação. Assim, o IAG recomendou que houvesse 'uma mesa-redonda de alta cúpula entre as partes envolvidas com a finalidade de resolver um *modus operandi* apropriado, e minimizar o risco de atrasos adicionais na implementação' e desejou 'receber um relatório escrito das conclusões dessa discussão' em tempo hábil para a reunião de julho de 1998 (do IAG).

Essa reunião foi realizada com a presença de todas as partes envolvidas (MMA, Banco Mundial, representantes dos doadores, do GTTP e de alguns estados da Amazônia) no período entre 25 e 26 de maio, em Brasília. O IAG relata com satisfação que a maioria das dificuldades foi resolvida, os convênios dos PGAIs foram aprovados e um consenso em relação a como dirigir futuramente este projeto de grande importância foi alcançado. O IAG recebeu uma agenda de compromissos aprovada por todas as partes na reunião de maio. Os 15 pontos acordados nesse documento formarão as regras a serem seguidas por todas as partes até que haja a necessidade de uma maior sintonia, possivelmente aproveitando a ocasião do fórum

anual durante o qual todos os participantes devem se reunir e trocar informações. Apesar de imperfeito e provisório, o texto apresenta as regras para uma colaboração tranqüila no futuro e o IAG louva o espírito de cooperação que possibilitou superar as diferenças sem retardar a implementação.

Todos os PGAs já foram aprovados, todos os acordos assinados e a implementação teve início nos nove estados. Esperamos que a maioria deles prossigam livres de novas dificuldades financeiras ou relacionadas a procedimentos, uma vez que oferecem um desafio fascinante, por lidar com uma extensa gama de problemas (a proteção e o uso sustentável de florestas, o uso sustentável de bacias hidrológicas, a promoção de usos alternativos dos recursos naturais) e juntam diferentes parceiros (órgãos ambientais dos estados, municípios ou associações municipais e ONGs). Também possuem planos de trabalho bem distintos, embora todos incluam os três componentes centrais acordados - zoneamento, monitoramento e controle. Deve haver uma atenção especial em relação ao zoneamento, uma vez que as negociações sobre o uso da terra entre grupos de interesse locais serão iniciadas proximamente em cada região. A conclusão rápida dessa atividade adquire maior urgência, já que em vários estados (Amazonas, Rondônia e Roraima) as mudanças são rápidas e a pressão em relação aos recursos naturais é grande.

### ***Recomendações***

1. Todas as partes devem ater-se às decisões da reunião de maio, por exemplo, realizar avaliações conjuntas (a primeira delas a ser realizada em novembro) e montar um comitê informal para produzir - em consenso - uma avaliação técnica conjunta dos projetos antes de enviar os PGAs à Comissão do Programa para uma decisão política e final.
2. Para evitar mal-entendidos futuros, deve cuidar-se para manter as partes (incluindo o IAG) totalmente informadas dos novos desenlaces fazendo uso da internet. Aproveitando o ensejo, o IAG seria grato se a data do fórum estratégico anual pudesse ser marcada próxima à da reunião do IAG, para permitir a participação de alguns membros.
3. O zoneamento deve ser tratado como um instrumento de planejamento espacial estratégico, um consenso no melhor uso possível da terra em cada região, produzido após negociações entre todos os grupos interessados, e certamente não reduzir-se à produção de uma coleção de mapas.
4. Todos os participantes devem manter a mente aberta durante a avaliação do desempenho dos PGAs, lembrando que esses são, ainda mais do que o resto do PPG7, uma experiência 'piloto' criada com o intuito de oferecer lições sobre métodos inovadores visando o/ para o uso sustentável de recursos naturais. A descentralização e a participação efetiva dos grupos interessados no nível local, apesar de difíceis, devem ser considerados não como gastos, mas como os melhores indicadores de sucesso.

## ***B. PROJETOS EM PREPARAÇÃO***

### **1. Manejo de Recursos Florestais (PROMANEJO)**

O IAG observa com satisfação que este projeto está quase pronto para a sua efetivação. Os acordos mais importantes foram assinados e o contrato com o PNUD (componente 1) está sendo finalizado, assim como o acordo de Cooperação Técnica com a GTZ - Agência Alemã de Cooperação Técnica - (componentes 2, 3 e 4).

Um plano detalhado para a implementação do projeto foi elaborado e uma série de medidas já foram executadas ou estão em andamento. A propósito do componente 1, o Consultor Técnico está sendo escolhido e os integrantes do Grupo de Estudos Setoriais estão sendo nomeados. Em relação aos componentes 2, 3 e 4 o coordenador brasileiro está sendo assistido por um consultor da GTZ. As instalações do projeto estão sendo finalizadas em Manaus e equipadas em Belém. O manual operacional um esboço do manual operacional para as iniciativas promissoras está sendo distribuído e uma versão final está sendo elaborada. Em um workshop patrocinado pela WWF sobre manejo florestal comunitário, os representantes das quatorze iniciativas do projeto estavam presentes e uma rede de projetos relacionados à gestão florestal comunitária teve início.

Na Floresta Nacional de Tapajós, um consultor da GTZ está dando assistência ao diretor do Flona e dois outros consultores do GTZ continuam trabalhando com as comunidades ribeirinhas. O Plano Principal do Flona foi finalizado e um Grupo Gestor, que pode vir a assumir as tarefas previstas para a Comissão de Apoio do Flona, foi formado.

O IAG vê com apreço a atual dinâmica na preparação e implementação do projeto e saúda o esforço empreendido para aprender com as experiências de outros projetos do PPG7 e projetos similares (por exemplo, o mecanismo de financiamento e o Manual de operações do PD/A; procedimentos para a cooperação financeira com o KfW do projeto PNMA).

### ***Recomendações***

1. Em relação às iniciativas promissoras, além do apoio individual, estudos comparativos e medidas de apoio para todas ou para as diferentes iniciativas devem ser previstas. Uma atenção especial deve ser dada às medidas que promovam a certificação da floresta.
2. Considerando-se a similaridade estrutural entre os projetos PROMANEJO e PROVARZEA, o desenvolvimento dos diferentes componentes deve ser sistematicamente comparado.

### **2. Manejo Integrado de Recursos de Várzea (PROVARZEA)**

O IAG parabeniza os participantes do PROVARZEA pelo desenvolvimento e avaliação bem-sucedidos deste importante projeto, que intenciona estabelecer as bases científicas e técnicas para o manejo de recursos naturais na região de várzea central da Amazônia, dando ênfase à atividade pesqueira. As comunidades locais estarão diretamente envolvidas na proteção dos recursos dos quais dependem. Outras atividades serão incluídas, como o extrativismo, a agricultura e a pecuária, recursos florestais e o ecoturismo. As áreas-chave de ação são os estudos estratégicos, as iniciativas promissoras, o monitoramento e o controle. A implementação do projeto será coordenada de Manaus. Um total de US\$12,5 milhões dos 15,7 milhões de dólares necessários provém do Reino Unido, da Alemanha, do Brasil e do Fundo

Fiduciário para as Florestas Tropicais. A Comunidade Européia também mostrou interesse em financiar esta iniciativa. Esperamos ter mais informações assim que a implementação for iniciada.

### **Recomendação**

A nossa única sugestão é a de que haja um esforço maior para abordar de forma mais rápida as causas óbvias de degradação dos recursos como atividades de pescaria comercial descontroladas e em maior escala.

### **3. Corredores Ecológicos (Parques e Reservas)**

O projeto de Parques e Reservas está entrando em uma nova fase, mais ambiciosa, de criar corredores ecológicos e levar a cabo o compromisso anunciado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso de proteger 10% das florestas brasileiras em unidades de conservação totalmente protegidas ('uso indireto'). Ambas as iniciativas, relacionadas entre si, estão em suas fases iniciais, onde a maior parte do detalhamento, tanto social como biológico, ainda está indeterminado.

O Corredor da Mata Atlântica Central oferece, de certa forma, um desafio maior devido ao estado avançado do desmatamento (95%), ao preço mais alto das terras e à maior densidade populacional. O Corredor Amazônico Central envolve tipos diferentes de desafio devido à presença de tribos indígenas, assim como ao desenvolvimento e à colonização associados a projetos rodoviários. Neste último corredor será necessário criar Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Áreas de Relevante Interesse Econômico (ARIEs) e outras formas de proteção para ligar as unidades de conservação existentes. Além disso, uma vez que os corredores Amazônicos Central e Nordeste estão tão próximos um do outro, deve-se considerar seriamente a criação de unidades de proteção ligando-os onde possível e enquanto houver a oportunidade.

O projeto dos 10% está no início e, enquanto estará inevitavelmente relacionado aos corredores, também será relevante a outras prioridades como as identificadas para a Amazônia pelo 'Workshop 90'. Os papéis do Banco Mundial, do Fundo Fiduciário para as Florestas Tropicais, do WWF, do GEF e do governo brasileiro só foram definidos superficialmente.

Este estado preliminar para os corredores e para o compromisso de 10% é vantajoso, no sentido em que permite um comprometimento genuíno dos governos estaduais e locais assim como da sociedade civil antes dos detalhes do projeto serem resolvidos. O IAG espera receber relatórios contínuos sobre todos os aspectos dessas importantes iniciativas.

### **Recomendações**

1. Consultas aos governos locais e estaduais assim como à sociedade civil são de importância fundamental e devem ser iniciados o mais rapidamente/ rápido possível. A integração das autoridades de planejamento regional e de conceitos sólidos de desenvolvimento regional é crucial para o sucesso a médio e longo prazo.
2. O objetivo de se instalar corredores ecológicos na região de mata Atlântica deve ser minuciosamente discutido em relação a sua viabilidade no sudeste da Bahia e

no Espírito Santo, dado o alto grau de desmatamento e fragmentação das áreas florestais restantes nessas áreas. Os Estados do Paraná e de Santa Catarina, onde as condições atuais de cobertura florestal remanescente, a rede de unidades de conservação e o papel das comunidades locais fornecem um quadro de circunstâncias mais favoráveis, também devem ser considerados.

#### **4. Queimadas e Controle de Desmatamento (PRODESQUE)**

Uma ação eficaz visando a redução do desmatamento e dos incêndios florestais é necessária dentro da estrutura do Programa Piloto. Os avanços notáveis do PPG7 em termos de inovação, participação e independência precisa ser complementado por uma estratégia igualmente bem-sucedida para combater fenômenos como a extração ilegal ou irregular da madeira, o uso descontrolado de queimadas e os incêndios florestais resultantes dessas práticas. Por exemplo alguns componentes novos do Programa como o PROMANEJO dificilmente poderão obter resultados enquanto a extração e o comércio ilegal da madeira continuarem a dominar o mercado interno e, em alguns casos, externo.

As atividades de controle e cumprimento devem ser concebidas tendo-se em mente a realidade da região Amazônica. Operações de cumprimento esporádicas para recolher a madeira extraída têm sido ineficientes uma vez que, por exemplo, a madeira freqüentemente é comprada de volta em leilões públicos (passando, assim, por uma 'lavagem') por um preço insignificante pelos responsáveis pela extração. Além disso, a maior parte das centenas de milhares de pequenos agricultores que praticam as queimadas não tem acesso a nenhuma estrutura local para obter a licença ambiental exigida.

Uma nova versão do PRODESQUE foi apresentada ao IAG, o que representa uma resposta positiva às recomendações feitas nos últimos dois relatórios. O projeto agora está mais consistente e compatível com a estrutura do Programa Piloto como um todo, mas ainda necessita ajustes. A avaliação oficial deste projeto está prevista para outubro de 1998.

O programa de prevenção e controle de queimadas e incêndios florestais no cinturão do desmatamento (PROARCO) também foi apresentado ao IAG. Inicialmente, esse projeto deve ser implementado com um empréstimo à parte do Banco Mundial, a ser complementado por uma contribuição específica de 1 milhão de dólares (possivelmente US\$2 milhões) da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) para o Fundo Fiduciário da Floresta Tropical. O programa é de natureza emergencial e está previsto para durar seis meses. Entretanto, o programa está ligado ao desenvolvimento futuro do PRODESQUE e tem, como objetivo principal, 'atingir o seu potencial para a operacionalização dos atributos institucionais do IBAMA'. O GTA fez uma apresentação específica sobre uma iniciativa local, realizada com uma pequena doação dentro deste programa, visando informar e treinar dezenas de milhares de pequenos agricultores.

#### ***Recomendações***

1. Que um processo de consulta aberta com agentes institucionais e sociais relevantes seja efetuado antes da avaliação oficial do PRODESQUE.

2. Que atividades de campo, incluindo a extensão rural, tenham a prioridade adequada. Esquemas criativos e inovadores devem ser usados para reduzir o custo da criação de novas estruturas com equipamentos caros. Com essa finalidade, uma parceria com organizações sem fins lucrativos deve ser considerada, especialmente quando isso pode contribuir para um maior custo-benefício de certas atividades.
3. Um processo participativo de formulação de respostas políticas relevantes deve ser incluído no componente 6 do PRODESQUE, sem a necessidade de uma modificação substancial do orçamento existente. Por exemplo, é necessário desenvolver atividades que incorporem os objetivos do PRODESQUE ao sistema de crédito rural.
4. A estrutura do PROARCO deve ser cuidadosamente revista para dar prioridade à ação preventiva, em relação ao combate à incêndios florestais. O IAG gostaria de salientar que o programa deve se concentrar nas atividades locais envolvendo aqueles que usam as queimadas em suas práticas rotineiras ao invés de investir em atividades centralizadas, em equipamentos caros e em consultorias. No geral, pensamos que, devido à duração extremamente curta do PROARCO, a capacidade de implementação das instituições participantes deve ser seriamente levada em conta.
5. A escolha dos municípios para a implementação do PROARCO também deve ser revista, visando incluir áreas críticas de desmatamento progressivo recente que não estão necessariamente no 'cinturão de fogo'.
6. As superintendências do IBAMA devem receber treinamento explícito para evitar a emissão de novas autorizações para o desmatamento durante uma emergência ambiental, como aconteceu na recente catástrofe ocorrida em Roraima.
7. Dada a probabilidade de incêndios graves no futuro, o Programa Piloto deve estar preparado para facilitar a cooperação internacional quando houver emergências.

## **5. Educação Ambiental (CEDUC)**

A preparação deste componente continua dependendo da liberação de verbas pela Comissão Européia, que já passou em muito do tempo previsto.

### ***Recomendação***

Que a Comissão Européia resolva esta questão com a maior urgência para minimizar os atrasos na execução do projeto.

## **6. Projetos Demonstrativos/ Indígenas (PD/I)**

Estudos preliminares financiados pela GTZ foram realizados com um financiamento adicional prometido pela Alemanha e pelo Reino Unido, mas o processo da preparação está lento. Espera-se que o financiamento do Japão esteja disponível em um futuro próximo. Um cuidado especial deve ser tomado com a criação e implementação deste componente em vista da sensibilidade cultural e política envolvida.

### ***Recomendações***

1. A preparação do projeto deve ser apressada para atender as necessidades urgentes das comunidades indígenas.
2. Canais do PD/A existentes devem ser utilizados para a implementação do projeto em conjunto com a FUNAI. Isso destaca a necessidade do fortalecimento dos recursos técnicos dentro da unidade do PD/A.

### **7. Projetos Demonstrativos - Tipo B (PD/B)**

Projetos demonstrativos com base nas áreas constituem um novo componente criado para apoiar outras iniciativas do PPG7, especialmente no nível municipal. Um documento conceitual será discutido por instituições envolvidas, e tanto a Comunidade Européia quanto o Reino Unido expressaram um interesse em financiar o projeto.

### **8. Projeto de Monitoramento e Análise (AMA) e Unidade Política (NAPIA)**

Durante a sua última reunião, o IAG declarou que não estavam claros os papéis, deveres e acordos de financiamento para a Unidade Política (NAPIA) e pediu que o Ministério do Meio Ambiente fizesse uma exposição abreviada sobre a NAPIA e o seu relacionamento com a UMA (Unidade de Monitoramento e Análise). Tal exposição foi apresentada, mas ainda assim não esclareceu muito a divisão de papéis e responsabilidades entre as duas unidades. A natureza e extensão das observações da NAPIA, assim como a sua ligação com certas iniciativas políticas para a Amazônia ainda estão obscuras.

#### ***Recomendações***

1. O campo para a cooperação entre essas unidades deve ser amplamente explorado, visando, se possível, a reintegração.
2. Ambas as unidades devem deixar claro como pretendem publicar suas observações e disseminar os resultados, tanto por escrito como pelos meios eletrônicos de comunicação.
3. Seria de grande utilidade para a execução do Programa Piloto se os vínculos entre a NAPIA e o processo político para o desenvolvimento Amazônico fossem esclarecidos na próxima reunião do IAG.

### **OBSERVAÇÕES FINAIS**

O IAG gostaria de agradecer ao Ministério do Meio Ambiente por fornecer um relatório detalhado do progresso das atividades do PPG7 entre março e julho de 1998.

O IAG também gostaria de agradecer ao Banco Mundial pelo relatório detalhado e pelos seus esforços na organização de visitas a campo, que freqüentemente apresentam circunstâncias logísticas difíceis. Algumas sugestões relativas ao planejamento futuro de viagens de campo foram feitas em um memorando em separado.

Anthony Hall e Bertha Becker foram reeleitos presidente e vice-presidente, respectivamente. A próxima reunião do IAG está prevista para acontecer em Brasília, no período de 7 a 11 de dezembro de 1998.

Brasília, 24 de julho de 1998.